



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Maria TÁCILA Alves de Souza

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A SITUAÇÃO
DA ESCOLA MARGARIDA MARIA ALVES, NA TRANSAMAZÔNICA

Uruará/PA
Janeiro de 2024

MARIA TÁCILA ALVES DE SOUZA

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A SITUAÇÃO
DA ESCOLA MARGARIDA MARIA ALVES, NA TRANSAMAZÔNICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Educação do Campo,
da Universidade Federal do Pará/Campus de
Altamira, como requisito final para obtenção do
título de Licenciada em Educação do
Campo/Linguagens e Códigos, sob orientação da
Professora Raquel Lopes.

Uruará/Pará
Janeiro de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S719e SOUZA, MARIA TÁCILA ALVES DE.
O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA
EDUCAÇÃO
DO CAMPO: A SITUAÇÃO DA ESCOLA MARGARIDA
MARIA ALVES, NA TRANSAMAZÔNICA / MARIA TÁCILA
ALVES DE SOUZA. — 2025.
23 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Raquel Lopes
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira,
Faculdade de Etnodiversidade, Altamira, 2025.

1. LÍNGUA PORTUGUESA. 2. PESQUISA. 3.
ESCOLA DO CAMPO. I. Título.

CDD 400

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa na educação do campo com foco nas dificuldades de aprendizagem manifestadas por alunos da escola Margarida Maria Alves no município de Uruará, no Estado do Pará. Seu objetivo principal é elucidar as causas dessas dificuldades evidenciando fatores explicativos a partir da percepção dos próprios alunos, mas considerando também o ponto de vista docente. A metodologia utilizada consistiu em trabalho de campo, com a realização de entrevistas e observação direta no local; além de pesquisa documental. Os resultados exploratórios apontam elementos de dissonância entre as necessidades de aprendizagem dos alunos, as práticas docentes e o currículo escolar.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Pesquisa. Escola do Campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	7
1.1 SOBRE A ABORDAGEM DA PESQUISA.....	7
1.2 SOBRE O LOCAL DA PESQUISA	8
1.3 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	10
3. CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA	13
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	16
4.1 CONVERSANDO COM AS PROFESSORAS	16
4.2 CONVERSANDO COM OS ESTUDANTES	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) reflete a respeito do ensino de Língua Portuguesa na educação do campo e suas contradições com foco nas dificuldades de aprendizagem manifestadas por estudantes da Escola Margarida Maria Alves, no município de Uruará. Sua pergunta mobilizadora pode ser assim formulada: por que os alunos da escola Margarida Maria Alves têm tanta dificuldade com os conteúdos de língua portuguesa?

Embora as respostas a essa questão sejam complexas e extrapolem os limites de um trabalho de conclusão de curso, procurei respondê-la da melhor forma possível com base em entrevistas realizadas com professores de língua portuguesa e alunos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio da referida escola, no período de 08/10 a 06/11/2024. Além de entrevistas, realizei observação direta no local por ocasião das pesquisas de tempo-comunidade, assim como nas atividades de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Auxiliariamente, fiz análise de documentos, como a proposta pedagógica da escola.

Em função do contexto da pandemia de Covid-19, muitos alunos saíram dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental sem o acompanhamento adequado. Some-se a isso a falta de formação dos professores, a quebra frequente de transporte escolar e uma escola sem estrutura física adequada, sem biblioteca, sala de informática e área de lazer. Todos esses fatores superpostos provocam dificuldades de aprendizagem nos alunos, não só em língua portuguesa, mas nas diversas disciplinas; entretanto o foco deste trabalho é em língua portuguesa. O meu objetivo com essa pesquisa é identificar as causas de os alunos terem tanta dificuldade nessa área de conhecimento.

Por ocasião de minha inserção na realidade investigada, durante as pesquisas de campo nos períodos de tempo-comunidade e nos estágios supervisionados do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, assim como pela participação no Projeto de Iniciação à Docência (Pibid), percebi a dificuldade de diversos alunos nos conteúdos de Língua Portuguesa, especialmente nas práticas de leitura, interpretação e produção de textos, mas também nos temas de gramática. Essa situação me causou incômodo e muitas inquietações, porque são tantos fatores que levam a ela que nos sentimos muitas vezes impotentes frente às dificuldades enfrentadas tanto pelos professores para ensinar, quanto pelos alunos para aprender.

Daí a escolha dessa temática como objeto de investigação numa tentativa de entender melhor tal situação e de trazer elementos para sua elucidação. Comecei, então, a me perguntar por que os estudantes diziam que “estudar português é ruim”; por que afirmavam que não gostam dessa disciplina. Observando atentamente o processo pedagógico percebi que a questão não é gostar ou não da disciplina, mas de não se identificar com a forma como ela é ensinada: geralmente com imposição de muitas atividades mecânicas e repetidas, com um viés pouco dialógico e muito prescritivo. Elísia Paixão (2014), em seu livro, *Por um Novo Ensino de Gramática*, nos alerta para o fato de que um professor pode trabalhar com atividades lúdicas e reflexivas para melhor desenvolvimento do aluno.

Essa autora, assim como Oliveira (2010), Antunes (2009), Rangel (2010), nos chama atenção para o caráter prescritivo e normativo do uso da gramática por muitos professores como se fosse um conteúdo separado do ensino de leitura e de outras dimensões da linguagem. Para ela, o sentimento de aversão ao estudo de nossa língua por parte de muitos estudantes pode estar relacionado a essa abordagem que separa a reflexão linguística dos usos sociais da linguagem, tornando o ensino repetitivo, maçante e enfadonho. Esse pode ser um dos motivos das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Considerando todas essas questões me desafiei a fazer uma pesquisa que pudesse contribuir para melhorar a aprendizagem dos alunos. Acredito que os resultados dessa pesquisa podem trazer elementos mais concretos para uma reflexão ampla na escola, envolvendo a gestão, professores, pais e os próprios alunos, podendo impactar positivamente na busca de soluções para essas dificuldades identificadas, trazendo sugestões de melhorias no ensino, com aulas dinâmicas e lúdicas envolvendo os conteúdos de língua portuguesa de modo que possamos avançar na formação dos alunos, tendo em vista as necessidades de atuação em uma sociedade em constante mudanças.

Segundo Rangel (2010), a escola é um lugar de formar cidadãos, de preparação de uma pessoa politicamente autônoma que consiga interagir na sociedade de forma respeitosa e ativa: “Sendo assim, podemos dizer que a escola – e em especial a escola pública – é uma das principais instituições socialmente encarregadas de dar concretude ao cidadão abstrato das constituições, leis, estatuto e etc.” (RANGEL, 2010 p.184). Seguindo o pensamento do autor, podemos perceber que a escola tem o dever de garantir uma mesma formação básica a todos, uma

formação a partir qual os os sujeitos possam constituir-se como protagonistas de suas histórias de vida, participando da sociedade de forma ativa, ética e solidária.

Graças à formação a que tive acesso, é assim que me sinto, protagonista nas lutas do meu entorno por uma sociedade melhor, uma pessoa que sofreu mudanças e realizou mudanças durante esse período de formação no curso de Educação do Campo, principalmente durante a minha participação no Projeto Pibid, que me proporcionou uma das melhores experiências de aprendizagem profissional a partir da minha inserção na sala de aula, pela qual tive a oportunidade de conhecer os alunos, suas realidades e, junto com a professora Agda Lima, elaborar um projeto de leitura que fez a diferença no âmbito escolar com os alunos e os demais que fazem parte do corpo docente da escola Margarida Maria Alves.

Este trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira, apresento o percurso metodológico de pesquisa e contexto da escola pesquisada. Na segunda, faço um breve apanhado da educação do campo, das lutas que a população campesina enfrentou para ter uma educação básica no campo. Na terceira parte, entramos na história da Língua Portuguesa, seu surgimento e como é desenvolvida nas escolas do campo. Na quarta parte, apresento os resultados da pesquisa de campo, com análise dos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com alunos e professores da Escola Margarida Maria Alves.

1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

1.1 Sobre a abordagem da pesquisa

A abordagem metodológica assumida neste trabalho pode ser caracterizada como qualitativa. Para Minayo (2001, p. 21-22), esse tipo de pesquisa “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que a pesquisa qualitativa é uma forma de investigar, analisar, observar e compreender o objeto de estudo em um determinado ambiente considerado ‘natural’, no sentido de que a investigação vai se efetivar no interior da própria realidade, no fluxo do cotidiano, em interação direta com os sujeitos.

Desse ponto de vista, a interação direta com os interactantes, a imersão no local e o envolvimento do pesquisador na cena sob investigação podem ser muito mais eficazes do que, por exemplo, a mera aplicação de formulários ou a tabulação de dados em forma de gráficos e tabelas, embora tais procedimentos não estejam, *a priori*, excluídos do trabalho. Não se trata, pois, de negar a validade e a importância de técnicas de natureza quantitativa; mas de tentar refinar o olhar a partir das características do objeto e decidir quais meios e dispositivos garantem mais coerência ao conjunto da investigação. Como alerta Lopes (2024, p. 06),

A questão da metodologia está ligada muito mais à perspectiva que orienta as escolhas do pesquisador e à natureza da relação que este estabelece com o campo pesquisado do que às características internas dos instrumentos de pesquisa. Assim, dependendo dessa relação, o espaço social de determinadas práticas é esboçado por meio de diferentes instrumentos e técnicas, pois a situação social de fundo controla o efeito ou o impacto gerado por estes recursos.

Daí a escolha pela entrada imersiva em cena, pelas entrevistas dialogadas, pela conversa informal, além da observação direta no local. Também as leituras de textos e artigos que fomentaram a realização deste trabalho.

1.2 Sobre o local da pesquisa

No caso presente, o ambiente de investigação foi a Escola Margarida Maria Alves, localizada na comunidade da Vila Canaã, Km 185 Sul, Município de Uruará, na região da Transamazônica, sudoeste do Estado do Pará.

A Escola Margarida Maria Alves recebe alunos da Vila Canaã e das proximidades da Vila, além de 4 travessões próximos: 175 Sul, 180 Sul, 190 Sul, 195 Sul e da Beira do Rio Iriri. O prédio da escola conta com duas salas de aula, uma funciona pela manhã com a Educação Infantil, 1º e 2º ano; a tarde com o 3º, 4º e 5º ano; e a outra sala é usada pelo Ensino Médio pela manhã com o 1º ano, à tarde com 2º e a noite com o 3º ano. Os alunos do 6º ao 9º ano ficam em um espaço cedido pela comunidade onde antes funcionava uma farinheira, ela foi reformada e transformada em sala de aula.



Figura 1. Escola Margarida Maria Alves. Fonte: Maria TÁCILA A. de Souza



Figura 2. Farinheira usada como sala. Fonte: Maria TÁCILA A. de Souza

A escola conta com um quadro de 14 funcionários, sendo 10 professores e 4 serventes. Atende a um total de 174 estudantes, divididos entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O corpo administrativo da escola, direção e secretaria, fica na área urbana, na escola polo.

O prédio escolar não é cercado, não tem vigia e nem pessoal de serviços gerais. A escola não tem biblioteca, nem sala de informática; possui um campo onde os alunos praticam Educação Física, mas não tem um lugar com sombra para os alunos descansarem na pausa das atividades físicas.



Figura 3. Campo onde os alunos fazem recreação. Fonte: Maria TÁCILA A. de Souza

1.3 Sobre os sujeitos da pesquisa

A pesquisa aconteceu com professores e alunos do ensino fundamental (anos finais) e do ensino médio, da escola Margarida Maria Alves. Os procedimentos de coleta de dados previstos para esta pesquisa incluem a realização de entrevistas e análise documental. Por meio das entrevistas, busquei me acercar das percepções dos estudantes sobre o ensino de língua portuguesa visando identificar pontos de fragilidade que incidem no que se convencionou chamar de “dificuldades de aprendizagem”. Quanto aos professores, a ideia foi apreender representações a respeito de suas práticas, visando analisar pontos de desencontro entre o ensino e a aprendizagem.

Para poder identificar e melhor compreender a causas das dificuldades do aluno em Língua Portuguesa, as entrevistas foram realizadas com professores da educação básica dos anos iniciais, finais e Ensino Médio. As professoras entrevistadas moram próximo da Vila Canaã onde se localiza a escola que atuam. São professoras fixas, não trabalham no sistema modular.

Professores	Faixa etária	Área de atuação	Tempo de formação	Tempo de atuação na escola
Professora 1	40 anos	Atua com a educação infantil ao 5º ano	É formada em Pedagogia há vinte anos, formada em História há 12 anos. Pós graduada em Geografia, História, educação infantil e seres iniciais há 10 anos. Formada em artes visuais há 6 anos.	Atua na escola Margarida Maria Alves há 20 anos.
Professora 2	39 anos	Atua com o fundamental anos finais	Formada em Educação do campo/Linguagens e códigos há 9 anos.	Atua na escola Margarida Maria Alves há 10 anos
Professora 3	31 anos	Atua com o ensino médio	Formada em Letras/Português há 10 anos	Atua na Margarida maria Alves há 6 anos
Alunos do 9º, 1º e 3º ano do Ensino Médio	Entre 14 e 17 anos			

Alunos entrevistadas	Faixa etária dos alunos	
Aluna do 9º ano	13 anos	
Aluna do 3º ano do Ensino Médio	17 anos	

Aluna do 3º ano do Ensino Médio	17 anos	
---------------------------------	---------	--

Os alunos entrevistados foram do ensino fundamental anos finais e alunos do Ensino médio. Os alunos do 9º ano moram próximo à Vila Canaã; já as do Ensino Médio moram no travessão do 180 sul há 5Km. São todos filhos de agricultores, que possuem plantações de cacau e criação de gado.

2. EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO

A Educação do Campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo” (CALDART, 2009 p. 51).

A epígrafe acima condensa de forma muito clara o processo que originou e deu vida à Educação do Campo como paradigma em oposição à educação rural. Porém, é interessante perguntar por que uma “educação do campo”? Será que não basta apenas “educação”? Essa não é uma questão simples de responder porque envolve uma série densa de fatores que vão desde o reconhecimento do fato elementar de que a educação é um direito humano fundamental, passando pelo debate sobre as condições de operacionalização da oferta desse direito (financiamento, formação de professores, estrutura e adequação de espaços físicos, etc.) até variáveis mais sutis como política curricular, finalidades da formação (o que se ensina, como se ensina e para quê) e práticas pedagógicas.

Foi considerando esse conjunto de fatores que os trabalhadores rurais e suas lideranças, organizados em movimentos e apoiados por intelectuais, representantes da igreja católica e outros atores sociais, se deram conta de que o modelo de educação rural ofertado pelo estado brasileiro não condizia com suas necessidades, sejam estas materiais, políticas ou existenciais. Então nasceu e cresceu o movimento de trabalhadores e trabalhadoras do campo em busca por igualdade social, políticas públicas e uma educação de qualidade para seus filhos e filhas.

Já existe uma significativa produção bibliográfica a respeito da discussão dessa contraposição entre educação rural e educação do campo em termos de país (ver, por ex., Santos, 2017).

Essa luta continua até hoje, sabemos que em vários municípios do Estado do Pará, escolas do campo estão sendo fechadas, como nos alertam Cruz e Hage (2010)

Entre os anos de 2014 e 2018, foram extintas 1.701 escolas no Pará. Especificamente em 2018, os territórios rurais viram fechar 369 escolas, o que equivaleu a 84% das escolas extintas naquele ano. Até 2018 outras 1.790 escolas localizadas no campo foram paralisadas, correspondendo a 90% de todas as escolas paraenses paralisadas no período (CRUZ E HAGE, p. 53. 2010)

Toda essa violação do direito à educação foi levada a termo com a desculpa de falta de alunos e professores com formação adequada, mas a realidade é que os governos não querem manter uma escola com poucos alunos e acabam fechando, pensando em nucleação escolar ou em outra alternativa, obrigando assim os pais a matricularem seus filhos em escolas distantes de suas casas e levando, muitas vezes, esses alunos a um nível extremo de precarização em sua escolarização, causando prejuízo na aprendizagem pela distância imensa que têm que percorrer até chegar à escola, sem contar a dificuldade dos transportes escolares e a deficiência na alimentação escolar.

Vejamos o que diz a Resolução, sobre a Educação do Campo:

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008: Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. A Presidenta da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 23/2007, reexaminado pelo Parecer CNE/CEB nº 3/2008, homologado por despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 11/4/2008, resolve:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

§ 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

§ 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular.

§ 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei N° 9.394/1996, por sua vez, garante que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:²⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Será que está sendo cumprido o que dizem a Resolução CNE nº2/2008 e a LDB, Lei N° 9.394/1996? Pela minha trajetória durante o curso de Educação do Campo, especialmente nas pesquisas de campo e estágio, posso afirmar que nem tudo está sendo realizado como deveria, começando pela formação de professores. Vários professores não têm formação adequada para estarem em sala de aula no campo; não são cumpridas as exigências referentes a um currículo que valorize os saberes e a cultura dos camponeses.

Vejamos agora como se dá essa violação na área de linguagem.

3. CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de entrar na Universidade eu fazia as mesmas perguntas que a maioria dos alunos fazem hoje: quem inventou a Língua Portuguesa? De onde veio?

Hoje consigo compreender que não foi ‘inventada’, assim por alguém em particular, mas que é resultado de um longo processo histórico-cultural, de encontros – nem sempre amistosos – entre povos distintos. Primeiro a colonização romana na península ibérica, depois a colonização portuguesa no Brasil e, e ambas, inúmeros episódios de violência, não apenas simbólica, que resultaram na morte de línguas locais (Cf. ILARI; BASSO, 2022) e, no segundo caso, na imposição do Português como língua ‘oficial’ a ser utilizada, sendo incluída posteriormente no currículo escolar.

Se formos aprofundar realmente o debate dessa evolução linguística teremos páginas e mais páginas escritas, entretanto quero apenas fazer um breve resumo do

surgimento da Língua Portuguesa como disciplina curricular, para entendermos o percurso pelo qual passou nessa condição e as razões pelas quais veio a ser objeto de ensino como a conhecemos hoje.

Segundo Soares (2002), a disciplina de Língua Portuguesa só é incorporada como disciplina curricular em meados do século XIX, até então a língua portuguesa estava ausente tanto dos currículos como do intercuro sociolinguístico. A língua que circulava entre os povos indígenas era a língua geral, o tupi, e o latim que era usada pelos colonizadores e pelos Jesuítas para evangelização durante a catequese. Somente com a reforma do Marques de Pombal no século XVIII, tornou-se obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil.

Com essa reforma, de acordo com Soares (2002, p. 164), sobretudo em decorrência da expulsão dos Jesuítas e o conseqüente fechamento das escolas confessionais, passou-se a estudar na escola, agora pública e oficial, “Retórica, poética e gramática – as disciplinas nas quais se fazia o ensino da língua portuguesa até o fim do Império; só então foram elas fundidas numa única disciplina que passou a se denominar Português”.

Ainda segundo essa autora, o ensino de Português era feito a partir de uma coletânea de textos, predominantemente literários, com base nos quais o professor trabalhava práticas de leitura, interpretação de texto, técnicas de composição e gramática. Embora sem formação específica em letras, esse professor precisava dominar um amplo conjunto de conhecimentos porque o material didático continha tão somente os excertos de textos, não vinha com exercícios, cabendo ao docente a elaboração das atividades que os alunos deveriam realizar. Buscava-se, sobretudo, a formação de bons leitores, capazes de também produzir textos comparáveis aos modelos apresentados no material utilizado. A gramática, embora muito presente, estava a serviço da leitura e da escrita.

Com a ampliação quantitativa do acesso à escola, decorrente do processo de urbanização do país a partir dos anos de 1940, que requeria a escolarização básica dos trabalhadores para entender instruções e operar aparelhos e maquinários, foi preciso recrutar professores entre as camadas populares, sem o repertório cultural ou a formação dos antigos professores. Surge o livro didático como uma espécie de substituto intelectual da figura do professor, que passa a ser apenas um executor/aplicador de métodos e exercícios propostos pelo autor dessa material. A

metalinguagem gramatical de caráter prescritivo e normativo (certo x errado) passa a ocupar o centro da aula de Português, com notáveis prejuízos à aprendizagem.

Além disso, políticas pouco efetivas e claramente excludentes foram implementadas ao longo dos anos e levaram ao crescente sucateamento da educação pública.

Mas, desde a criação dos Cursos de Letras nas universidades brasileiras, por volta de meados dos anos de 1960, as ciências da linguagem vêm alertando para a necessidade de se investir na educação linguística dos estudantes, priorizando práticas de leitura e produção de textos, os mais diversos possível, de modo que estes estudantes desenvolvam a competência comunicativa necessária para viver em uma sociedade cada dia mais grafocêntrica, que requer o domínio de diferentes tipos e práticas de letramento.

Então, eu pergunto: a forma como vem sendo trabalhada a linguagem hoje nas escolas do campo se baseia nessa premissa? Os estudantes estão sendo educados de maneira a aprender a lidar com todo um universo de informações e conhecimentos? Estão sendo ensinados a atuar de forma crítica em uma realidade que muda a todo momento?

Vários autores apontam em seus artigos e livros que alguns educadores muitas vezes por falta de formação têm dificuldades de trabalhar os conteúdos que compõem a área de linguagem, aí inclusa a língua portuguesa, de uma forma mais lúdica e diferenciada, dedicando-se ao ensino de uma gramática tradicional e isolada, como nos relata Irandé Antunes, em seu livro “Muito além da gramática”:

Possivelmente, o termo *gramática* tem, nessa acepção, o maior índice de uso, pelo menos nos meios escolares [...]. É tal ênfase nessa disciplina que, de uns anos para cá, até mereceu uma carga horária especial, separada das aulas de redação e de literatura, como se redigir um texto ou ler literatura fosse coisa que se pudesse fazer sem gramática; ou como se saber gramática tivesse alguma serventia fora das atividades de comunicação (ANTUNES, 2007, p. 32).

É provável que tenhamos chegado a essa situação por uma conjunção de fatores independentes, mas de certa maneira relacionados. O fato é a escola também é responsável por esse ensino isolado, quando não constrói relações de autonomia com o professor para trabalhar de acordo com o seu conhecimento da turma, quando impõe planos de ensino prontos, principalmente nas escolas do campo, onde a gestão não se faz participativa e não conhece a realidade do aluno. Em razão disso, o ensino

vai continuar no patamar em que se encontra hoje, alunos apenas passando de ano, mas sem avanços em termos de apropriação de conhecimentos.

Sendo que a escola, como nos lembra Antunes (2009, p. 42), “[...] tem um papel decisivo na construção de uma sociedade que tenha consciência de seus deveres e de seus direitos; entre eles, o de exigir sérias e competentes administrações, para que se deixe a fácil acomodação de achar que “não tem jeito”, que “é assim mesmo”. E quem pode fazer essas exigências? A quem elas devem ser direcionadas? De quem é a responsabilidade pela mudança no direcionamento do trabalho com a linguagem na escola do campo?

Na seção seguinte, tentamos entender melhor essa situação a partir de dados produzidos com sujeitos, professores e estudantes, da escola Margarida Maria Alves, ouvindo atentamente o que pensam sobre essas questões e como veem possíveis saídas do impasse constatado na realidade dessa escola quanto ao ensino de língua portuguesa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Conversando com as professoras

Em entrevistas realizadas com as professoras participantes da pesquisa, assim Identificadas Profa.1, Profa.2 e Profa.3, verifiquei em parte algumas dificuldades de alunos da Escola Margarida Maria Alves, em relação ao ensino de Língua Portuguesa. Ao perguntar às professoras: *Por que os alunos estão com tantas dificuldades na aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa?* Elas responderam que:

Professora 1- Pela falta de ler e escrever bem, sendo que a falta dessa prática dificulta bastante sua aprendizagem, sendo que a língua portuguesa é muito extensa e tem inúmeras regras emitindo assim um grau de dificuldade de compreensão dos conteúdos de gramática, sinais de pontuação e etc.

Professora 2- A falta de interesse de alguns alunos contribui muito, mas também entra a questão psicológica, alguns alunos apresentam disfunções como o déficit de atenção, vejo que o uso excessivo do celular desviou totalmente nossos alunos dos livros, ficam muito tempo de suas vidas em jogos eletrônicos. Porém sabemos que a língua portuguesa é considerado muito difícil por causa das regras gramaticais, isso causa confusão. A gramática é muito complexa.

Professora 3- Acredito que seja pelo fato de apresentar déficit de atenção, hiperatividade, autismo e outros. Essa dificuldade se dar também pela pandemia, onde muitas crianças foram para o ano/series seguintes sem a preparação adequada, a falta de atenção, distração e percas de interesses por novas atividades.

Mesmo com a proibição do celular na escola, alguns alunos conseguem driblar os professores e usam o telefone na sala de aula; outras vezes, quando se faz necessário o uso desse aparelho, consentido em algum trabalho, os estudantes fogem do objetivo da atividade e isso acaba frustrando os professores, que se sentem desmotivados e desistem de propor trabalhos com o uso do dispositivo nas aulas; sendo que na escola o único meio de os alunos fazerem pesquisas é usando a internet via celular, uma vez que não há biblioteca e nem sala de informática, que seria o ideal nas escolas.

Seguindo com a entrevista perguntei: *O que podemos fazer para que os alunos mudem sua percepção negativa em relação à disciplina de Língua Portuguesa?* Em resposta a essa pergunta, as professoras responderam:

Professora 1- Promover palestras e oficinas sobre a língua portuguesa, criar jogos, promover momentos de reflexão através de leituras e produções de textos em ambientes adequados para melhor produtividade dos alunos.

Professora 2- Ajudar os alunos observando seu comportamento durante as atividades propostas, tornando o material didático mais diversificado, utilizando diversas estratégias como jogos e atividades diferenciadas.

Professora 3- Criar debates e rodas de conversas, além de estimular a produção de textos a respeito do preconceito linguístico. Para isso é preciso tomar cuidado para promover uma conversa saudável e que não cause nenhum constrangimento aos estudantes. Criar hábitos que ajudarão a treinar o português correto diariamente, consultar dicionário diante das dúvidas, ler e escrever diariamente, praticar o português correto nas redes sociais.

Percebe-se que as professoras falam de diversas formas de trabalhar para que os alunos mudem suas percepções negativas sobre a disciplina de Língua Portuguesa, mas faço um questionamento: será que estão tentando realmente fazer isso? Será que a escola está fornecendo suporte para os professores para que isso aconteça? Porque se compararmos os relatórios dos Tempos-Comunidades e do 1º e 2º estágio, veremos as mesmas dificuldades e as mesmas propostas de mudanças e nada se concretiza.

Ao perguntar às professoras: *Como podemos trabalhar a Língua Portuguesa com os alunos de uma forma que chame atenção deles para a importância desse componente curricular, não apenas na escola, mas na vida também?* As três entrevistadas responderam de forma semelhante a essa pergunta.

Professora 1- Ensinando através de situações reais do cotidiano, sempre preciso salientar que é importante saber ler e escrever adequadamente para que eles possam se expressar de forma correta em meio a sociedade.

Professora 2- Procurar um ambiente acolhedor para que os alunos se sintam bem para ler e escrever. Permitir que eles se expressem livres, sem medo. Realização de reflexões sempre sobre a importância de dominar a língua portuguesa no Brasil. Dominar o código linguístico é fundamental em nossas vidas não só na escola, por isso deve se ampliar o conhecimento gramatical.

Professor 3- Para chamar atenção dos alunos para a importância da língua portuguesa pode-se ensinar através de situações reais, propor a produção de vídeos variados, levar o aluno a diferenciar a linguagem falada da linguagem escrita, contextualizar o ensino, estudar bem a gramática e trabalhar a produção textual.

Ainda durante a entrevista com as professoras ao perguntar *Quais as maiores dificuldades que você, como professora, encontra em sala de aula com sua turma quando trabalha a disciplina de Língua Portuguesa?*, elas responderam que a maior dificuldade é a falta de material didático, como livro que represente a realidade do aluno do campo, material pedagógico para realizações de trabalhos e atividades; a baixa frequência do aluno nas aulas, a falta de participação dos pais no âmbito escolar, e a falta de formação continuada. O não saber ler e escrever também é uma grande dificuldade para ensinar e trabalhar a disciplina e a falta de interesse do aluno.

É uma demanda legítima, pois são notórias as fragilidades da escola neste ponto a que fazem referências; contudo cabe ao professor juntamente com a gestão pedagógica da escola buscar soluções para que essas dificuldades possam ser resolvidas, já que eles sabem o ponto de partida das dificuldades.

Outra pergunta feita durante a entrevista foi: *A que você atribui as dificuldades dos estudantes em língua portuguesa?* As professoras responderam:

Professora 1- Em primeiro plano a ausência dos pais, a cobrança dos pais para que seus filhos sejam os melhores na leitura e ter um capricho na escrita.

Professora 2- Revejo a forma de apresentar o conteúdo, fornecendo o feedbacks, sempre falo onde é que melhorou, ajudo o aluno no particular explicando a sós.

Professor 3- A dificuldade pode-se dar por vários fatores, ensino frágil que gera dificuldade em ler e escrever, transtorno de aprendizagem, ambiente familiar, relação professor aluno e sala superlotadas e mistas.

E para finalizar a entrevista com as professoras, fiz a seguinte pergunta: *Como você avalia seu trabalho de ensino e aprendizagem dos seus alunos na parte da leitura e escrita?* Vejamos as respostas:

Professora 1- Considerando todo seu ciclo de aprendizagem, eu avalio como nível médio, pois a falta de interesse é muito grande por partes da maioria dos alunos, tanto na hora de escrever como em ler.

Professora 2- Eu avalio como bom, pois a coisa que mais cobro é a leitura que é primordial na vida dos discentes, se eles souberem ler conseguirá interpretar e desenvolver uma boa escrita, e na produção dos textos não terá erros excessivos de ortografia.

Professora 3- O processo de avaliação do professor deve ser contínuo e estruturado que, de fato, leve em conta diversos aspectos do trabalho docente. Eu avalio o domínio do conteúdo, habilidades pedagógicas, meu relacionamento com os alunos, o planejamento e organização entre outros. Refletir sobre a prática e definição de metas de melhorias é meu compromisso. O professor precisa rever sua prática quando percebe que os alunos estão com dificuldades de aprendizagem, quando deseja melhorar o desempenho dos alunos na sala de aula, quer adaptar as estratégias de ensino, o professor deve atuar como observador do desempenho dos alunos e perceber as dificuldades de aprendizagem individuais ou coletivo.

Acima temos relatos surpreendentes de profissionais que buscam fazer o melhor para seus alunos, entretanto, as dificuldades são muitas para que se concretize a realidade desejada. Sobre isso, nos alerta Antunes (2009, p.73): “Que não nos apoiemos nas dificuldades existentes para justificar nenhum tipo de inoperância e de conservadorismo estéril. Pelo contrário, que as dificuldades nos estimulem a lutar pelo fim da escola irrelevante e inócua”. Por outro lado, é importante também que não joguemos a culpa de uma educação falida nos professores e muito menos nos alunos, pois:

A tão divulgada incompetência dos alunos, em leitura e em elaboração de textos formais, não é, pois, fatalidade, nem fruto do acaso, nem tampouco decorrência da falta de dotes intelectuais dos alunos; é, com certeza, resultado de um ensino pobre, irrelevante e extremamente limitado ao mais exterior da superfície linguística: sua nomenclatura e suas classificações” (ANTUNES 2009, p. 122).

Sabemos que é dever do estado garantir educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros, o que implica uma série de compromissos como a formação e a contratação de profissionais qualificados, a garantia do funcionamento da escola, entre outros; porém, cabe à escola avaliar seu quadro de profissionais e considerar os que realmente tenham competência para exercer o cargo que lhes foi confiado; os professores têm direito à formação continuada, oficinas e cursos na área da linguagem; é dever dos pais manter seus filhos na escola e acompanhar seu percurso escolar, por isso compete aos responsáveis dialogar com seus filhos, acompanhar seu desenvolvimento na escola e participar de reuniões e tudo que envolva a

aprendizagem; é dever do aluno se dedicar em aprender o que está sendo ensinado, prestar atenção nas aulas, dialogar com os colegas, professores, pais e gestão pedagógica da escola. Assim, se todos trabalharem em conjunto teremos uma educação de qualidade.

4.2 Conversando com os estudantes

Passando para as entrevistas com os alunos do 9º ano (EF) e do 3º ano (EM), veremos o que eles falam sobre o ensino de Língua Portuguesa. Assim como para as professoras, atribuí um código de identificação para os alunos entrevistados: A1 e A2 são alunas do ensino médio. Em uma das entrevistas realizadas com as alunas do 3º ano, perguntei: Você tem dificuldades na disciplina de Língua Portuguesa? Quais são essas dificuldades?

A1: Sim, as minhas dificuldades são na leitura, pois gaguejo muito, em interpretação e na escrita com r, n, s.

A2: minhas dificuldades são em gramática e interpretação textual.

Já os alunos do 9º ano disseram que as dificuldades são em compreensão textual, na escrita de redação e em alguns conteúdos da gramática.

Essa dificuldade com conteúdos de gramática, leitura e escrita podem ser atribuídas a quase todos os alunos de uma forma que me deixa pensativa: o que acontece com esses alunos? por que tanta dificuldade com a língua portuguesa? Se nós já a dominamos desde sempre, e a escola tem o papel somente de aprimorar esses conhecimentos? Aí é que entra o papel do professor, de ajudar os alunos a dominarem o que já sabem, a expandir os conhecimentos através de atividades lúdicas e diferenciadas. Não insistir em ensinar uma gramática tradicional por meio de frases soltas como vemos muitos profissionais fazerem, pois isso torna a disciplina mais complexa do que já é, confundindo a cabeça dos alunos. Além disso, se o aluno não souber ler, como ele vai entender a gramática? Não queremos alunos que decorem o que está sendo passado para eles, queremos alunos que aprendam e saibam usar o que foi estudado.

Não estou afirmando que a responsabilidade do ensino é só do professor e da escola, mas, como nos lembra Antunes(2009), precisamos lembrar que:

A escola é, especificamente, a instituição social encarregada de promover, aprofundar e sistematizar a formação institucional e a educação da comunidade. Porém ela não deve estar sozinha nessa tarefa. Falta, portanto, uma aliança entre escola e família, para que a leitura ocupe, sem

desconfianças, o lugar que, legitimamente, lhe cabe na formação da pessoa (ANTUNES 2009, p. 188).

Os próprios alunos estão cansados de um ensino tradicional, distante de sua realidade, querem um ensino diferenciado, com jogos, brincadeiras entre outros métodos de ensino. Nas entrevistas eles deixaram bem explícitos os seus desejos de um novo método de ensino:

A1- Se o professor fizesse mais leituras com os estudantes seria bom, aprofundasse mais nas práticas orais, discursos e análise da língua.

A2- Se os professores conseguissem passar por meio de jogos, desenhos e brincadeiras, seria bem legal.

Quando perguntei aos alunos a que atribuem suas dificuldades em aprender Língua Portuguesa, eles disseram que à falta de livros didáticos voltados a sua realidade de aluno do campo, à falta de uma biblioteca, à inexistência de uma sala de informática, pois a escola tem internet, mas eles não têm como fazer pesquisas e não se pode usar o celular na escola.

Com tudo isso que foi falado pelos alunos, podemos perceber como o sistema está falhando com eles, pois o que se tem é um ensino cheio de lacunas, uma escola pobre de recursos, uma estrutura desfavorável e insuficiente à quantidade de alunos, uma gestão que não olha e nem acompanha a realidade desses discentes. É difícil a situação das escolas do campo.

A última pergunta que fiz para os alunos consistiu em: Na sua opinião, qual a importância da Língua Portuguesa na sua vida? Ao que responderam:

A1- Na minha opinião é importante porque nos leva a ter um vocabulário bonito, e através dela podemos nos comunicar, interpretar e saber tomar decisões precisas se necessário.

A2- é importante para nossa vida, nosso dia a dia, em nosso diálogo, para se comunicar bem e escrever melhor, apesar de ser uma disciplina difícil, eu gosto, e quero aprender sempre mais.

Os alunos sabem a importância da Língua Portuguesa para sua vida, eles apenas não têm o conhecimento necessário dessa língua; não quero dizer que eles não saibam falar, sim eles sabem, mas é preciso ampliar sua competência comunicativa para além da fala privada; é preciso alargar o horizonte de linguagem pelo acesso a recursos sociocomunicativos que a língua disponibiliza. É preciso investir em práticas de leitura e produção textual, com acesso a diferentes gêneros e modalidades de textos.

O desenvolvimento dos alunos está além do esperado, não porque são incapazes, mas sim porque desde o início da sua vida escolar foi assim que foi ensinado: passam nove anos no ensino fundamental e quando chegam ao ensino médio nem uma leitura conseguem fazer da forma que se espera, não conseguem fazer uma redação com coesão e coerência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar as causas das dificuldades dos alunos com a disciplina de Língua Portuguesa na escola Maria Margarida Alves. Assim, através de pesquisas de campo, com observação e entrevistas, consegui obter resultados importantes para a construção deste trabalho; Auxiliariamente, para me ajudar a ter um embasamento teórico, usei livros, artigos e meus relatórios de tempo-comunidade como base. As leituras foram muito importantes para que eu conseguisse desenvolver a minha escrita e os meus pensamentos, na construção desse trabalho, pois sabemos que falar de Língua Portuguesa não é fácil, porque ela vem desde sempre na nossa vida, já nascemos com ela e conforme o nosso desenvolvimento ela vai desenvolvendo junto.

E é na escola que temos o momento de aprimorar nossa língua/linguagem, e se a escola não se adequar se propuser a isso, como seremos bons cidadãos? Quando eu falo 'bom', não é questão de índole, e sim, de leitura, escrita e um cidadão que consegue resolver seus assuntos na sua vida social, familiar e escolar sem dificuldades, pois está preparado para isso. Mas para que aconteça dessa forma, é preciso ter professores preparados, graduados, com formação continuada e principalmente com vontade de verdade de exercer essa profissão de educador, que sabemos que não é fácil, mas se tiver uma boa preparação, vontade e disposição, consegue fazer um excelente trabalho na vida dos alunos.

Nas entrevistas com as professoras e os alunos, pude perceber que em alguns momentos acontece uma controvérsia: em alguns momentos a culpa é da falta de interesse do aluno, em outros é por causa do professor e da escola (quando eu falo escola, falo da gestão pedagógica), enfim. Entretanto, essa "culpa" ou "falha" é de todos, pois os alunos vão à escola obrigados pelos pais (sem generalizar), os professores ensinam conteúdos repetidos sem ludicidade, conteúdos esses que recebem do currículo preparado para escolas urbanas, que simplesmente a coordenação joga para as escolas do campo e ponto. Quando eu digo que a culpa é

de todos é porque aceitam essa situação, não lutam, não buscam os seus direitos. Não dá para ficar esperando que os direitos 'caiam do céu'.

Precisamos ser protagonistas da nossa própria história. História essa de luta que vejo sendo esquecida por alguns. Cadê a valorização do educador do campo, aquele que luta, que se prepara, que busca realmente ensinar de acordo com a realidade dos seus alunos? Nem em concurso temos o direito reservado com nossa licenciatura de Educação do Campo, para que possamos concorrer. Voltando às entrevistas, o que pude constatar, assim como durante a minha observação, tanto agora como anteriormente nas pesquisas de campo (TC) e estágio, é que os professores já se acomodaram com a situação que vivem, não procuram de forma alguma fazer uma aula diferenciada, se ficarem esperando a coordenação fazer isso, vão continuar como estão.

Durante a minha observação do primeiro estágio, a professora chegava na sala, se sentava em seu lugar, dali mesmo falava para os alunos abrirem o livro em uma determinada página e pronto. Os alunos, por sua vez, ficavam conversando, fazendo bagunça para que a professora os colocasse para fora da sala, pois assim poderiam jogar no celular. Os pais não procuram saber como os filhos estão indo na escola, se conta no dedo o pai ou a mãe que comparece na escola e só quando tem reuniões ou alguma comemoração.

Não foi fácil chegar no final do curso, foram tempos difíceis, mas de muito aprendizado; fazer pesquisas de campo, relatórios, seminários e estágio durante todo curso foi muito importante para minha formação. A participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi um marco para minha formação acadêmica. Foi através do Pibid que minha escolha de ser uma educadora agente de transformação teve um impulso determinante, logo me aproximou diretamente do público com que irei trabalhar futuramente, os alunos, e não é qualquer aluno, são alunos do campo.

No decorrer desse trabalho pudemos perceber que os alunos do campo são os que mais sofrem com uma educação falha, digo falha em vários sentidos, porque faltam escolas de qualidade, faltam professores qualificados para trabalhar no campo, faltam didáticas direcionadas a essa realidade, falta transporte regular e adequado, estradas boas, merenda de qualidade, entre outros fatores. São tantos que se for apontar um por um, vou gerar várias páginas. Mas não podemos desistir de lutar por

uma educação melhor para os povos tradicionais, todos têm o direito a uma boa educação.

E é tão gratificante para mim, estudar em uma instituição que tem contribuído muito nessa luta pelos povos do campo, rios e florestas; poder me qualificar para também fazer parte dessa contribuição. Fico grata pela oportunidade de estudar na melhor instituição do Oeste do Pará, aprender com profissionais que tanto têm a contribuir para a nossa formação como futuros professores do campo. Agradeço à UFPA, à Faculdade de Etnodiversidade, à Coordenação do Curso de Educação do Campo; aos Professores, em especial, à professora Raquel Lopes, por ter me ajudado tanto: muito obrigada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciano. **O que todo professor de português precisa saber**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96. Art. 28 inciso I, II, III.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/ 2008**. Brasília, 2008.

CAMPOS, Elísia Paixão de. **Por um novo ensino de gramática**: Orientações didáticas e sugestões de atividades. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

CALDART. Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1. 2009.

CRUZ, Renilton, MUFARREJ, Salomão Hage. A Educação do Campo como processo de disputa no contexto do capital. **Fechamento das escolas no campo como política de Governo no Estado do Pará**: da mitigação de direito aos enfrentamentos necessários. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2023.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: língua que falamos, a língua que estudamos. São Paulo: Contexto, 2011.

LOPES, Raquel. **Valências político-epistêmicas da educação popular**: uma experiência amazônica. Relatório de Estágio Pós-Doutoral. Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2024. *Mimeo*

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RANGEL, Egon de Oliveira. Educação para o convívio republicano: o ensino de Língua Portuguesa pode colaborar para a construção da cidadania? IN: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Coords). **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Teias** v. 18 • n. 51 • 2017 DOI: 10.12957/teias.2017. 24758 (Out./Dez.): Micropolítica, democracia e educação. Págs. 210-224.

SOARES, Magda. Português na escola – História de uma disciplina curricular. IN: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo. Loyola, 2002.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor(a) Maria Táciela Alves de Souza
 Afiliação do(a) autor(a) Prefeitura Municipal de Uruará/PA
Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a)
 CPF 033.670.563.96 Matrícula 202062940028
 Telefone (93) 992153205 E-mail tacila31@yhuas.com.br
 Curso/Programa Graduação/Educação de campo/Linguagem e Textos
 Orientador(a) Raquel Lopes
 Coorientador(a) _____
 Título/Subtítulo O Ensino de Língua Portuguesa na Educação de Campo:
 A Situação da Escola Margarida Maria Alves, na Transição
 Data da Defesa 24/02/2025
 Tipo do documento TCC¹ () TCCE² () Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro
 () Capítulo de livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

Declaro que, para os devidos fins, o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940; Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais; Do Regimento Interno da Universidade Federal do Pará; Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação; Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons 4.0*; Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

Uruará/PA 14/03/2025

Local e Data

Maria Táciela Alves de Souza

Assinatura do(a) autor(a)

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
² Trabalho de Conclusão de Especialização



TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA

1. Tipo de documento TCC¹ () TCCE² () Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro () Capítulo de Livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

2. Informações sobre a obra:

Autor(a) Maria Tâtila Alves de Souza

RG 7072420 CPF 011.670.563.96 E-mail tarila31@yahoo.com.br

Telefone: (93) 992153205 Programa Graduação

Orientador(a) Raquel Lopes Coorientador(a) _____

Título do documento: O Ensino de Língua Portuguesa na Educação

do Campo: A Situação da Escola Margarida Nova Alves, na Transformação

Data da defesa: 24/03/2025 Área do Conhecimento (tabela do CNPq) Língua e Linguagem

Área de Concentração *(Se Tese ou Dissertação)* _____

Linha de Pesquisa *(Se Tese ou Dissertação)* _____

Agência de Fomento *(se houver)* _____

3. Informação de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Com restrição* Sem restrição

Justificativa com restrição: _____

A partir de qual data esse documento poderá ser disponibilizado 14/03/2025

4. Permissões³

Permite o uso comercial da obra? Sim () Não

Permite modificações na obra? Sim () Não

O documento está sujeito a patentes? () Sim Não

5. T&D defendidas fora da instituição

É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? () Sim () Não

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9.610/98, autorizo a Universidade Federal do Pará (UFPA), a disponibilizar sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinaladas acima, o documento em meio eletrônico, em formato digital, na Rede Mundial de Computadores e nas redes sociais, para fins de leitura, impressão ou download, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPA, a partir desta data.

UFPA 14/03/2025

Local e Data

Maria Tâtila Alves de Souza

Assinatura do(a) autor(a)

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação

² Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização

³ Licença Creative Commons

* Não será disponibilizado, somente após a data informada neste termo, se houver